# ARTIGO

## “Marielle Vive!”: as narrativas de professoras negras após a execução da vereadora

### *“Marielle Lives!”: the narratives of black teachers after the councilwoman’s execution*

**Mariana dos Reis Santos**[1]

Recebido em: 19/08/2025 / Aceito em: 19/05/2026
DOI: 10.12660/rm.v17n28.2025.94087

**Resumo**

Esta pesquisa objetiva elucidar os resultados empíricos de um estudo de pós-doutoramento em Educação, utilizando-se de discursos de entrevistas semiestruturadas obtidos por professoras negras de instituições escolares distintas que se inspiraram na trajetória política e social da vereadora Mariele Franco. O estudo respaldou-se também sobre outros elementos como a produção de sentidos da figura de Marielle Franco no campo dos Direitos Humanos e aumento da violência política contra mulheres parlamentares, sobretudo negras. Ao interpretar tais discursos, o estudo compreende que a violência política contra Marielle Franco não só atravessa narrativas como se constitui como “divisor de águas” para um processo de tomada de consciência coletiva do movimento negro e feminista brasileiro.

**Palavras-chave:** Professoras negras; Educação; Marielle Franco; Narrativas.

**Abstract**

This research aims to elucidate the empirical results of a postdoctoral study in Education, using semi-structured interviews with Black female teachers from various educational institutions who were inspired by the political and social trajectory of Councilwoman Mariele Franco. The study also drew on other elements, such as the production of meanings of Marielle Franco's figure in the field of Human Rights and the increase in political violence against women parliamentarians, especially Black women. By interpreting these discourses, the study understands that Marielle Franco's political violence not only permeates narratives but also constitutes a "watershed" for a process of collective consciousness-raising within the Brazilian Black feminist movement.

**Keywords:** Black teachers; Education; Marielle Franco; Narratives.

[1] Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora da Carreira do Ensino Técnico e Tecnológico do Instituto Benjamin Constant; Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6874111662384694; ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2362-7191; E-mail para contato: reis.mari83@gmail.com.

## Introdução

Este estudo é oriundo do estudo de Pós-doutoramento que eu, Mariana dos Reis Santos, realizei no ano de 2022 a 2023, pertencendo ao Programa de Pós-graduação em Educação oriundo da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob supervisão da professora doutora Denize Sepulveda. A pesquisa direciona esta empiria a partir da análise da relação de algumas professoras negras com diálogos, memórias e inspirações na trajetória de Marielle Franco diante de suas práticas pedagógicas em sala de aula e militâncias particulares após o feminicídio político da vereadora da cidade do Rio de Janeiro.

Desde 2018, com a execução da vereadora, a violência de gênero sofrida por figuras públicas e parlamentares femininas vem assumindo uma crescente no cenário político. Para se alinhar de forma mais profunda a esse fenômeno social, o estudo enfatiza que “feminicídio político” é um termo epistêmico cunhado pela pesquisadora de Comunicação Social e deputada estadual Renata Souza, que atua politicamente de maneira muito expressiva na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em artigo científico publicado por Renata Souza (2020, p.127) discorrendo sobre a temática referente à “feminicídio político” e aos estudos do seu pós-doutoramento em Comunicação Social, a autora define o termo como uma categorização relacionada ao assassinato de lideranças femininas à frente da política. Souza (2020) ressalta ainda que o feminicídio político evidencia uma das faces mais cruéis da vulnerabilidade na vida política alicerçado pela estrutura do patriarcado, no entanto, o assunto é pouco debatido e problematizado nas mídias brasileiras.

Para a construção deste objeto, consideramos a relevância da formulação do termo “feminicídio político” bem como a contemporaneidade da sua aplicabilidade em situações recorrentes de violência política envolvendo deputadas negras como: Erika Hilton, Talíria Petrone, Benny Briolly e a própria Renata Souza. Em pesquisas recentes relacionadas ao intercruzamento dos marcadores “violência política” e “gênero”, um estudo analisa especificamente a situação de violência no parlamento sofrida pela vereadora da cidade de Niterói, Benny Briolly (mulher trans e negra). Fachin e Bartolomeu (2025, p.444) ressaltam que todas as violências simbólicas sofridas pela parlamentar se tratam de um delito de ódio. Este mecanismo de poder objetiva negar o acesso ao direito político e ao mesmo tempo, gerar um sentimento

de vulnerabilidade em outras mulheres, coibindo sua participação política.

A violência de gênero contra parlamentares eleitas assume nos últimos anos proporções alarmantes. Especialistas na temática e observatórios de pesquisa vêm se debruçando sobre o tema. Segundo reportagem do Portal *Congresso em Foco* (Malcher, 2024), de janeiro de 2024 até 16 de setembro deste mesmo ano de pleito eleitoral, pelo menos 126 mulheres foram vítimas de violência política, incluindo as candidatas que já possuíam mandato. Esses dados são decorrentes de uma pesquisa do Observatório de Violência Política e Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tal levantamento também visibiliza que no mesmo período de janeiro a setembro de 2024 foram registrados 455 casos de violência política neste período e que mulheres representaram 27, 6% das vítimas, embora a pesquisa não englobe casos mais recentes.

O projeto Monitora, do observatório de estudos da violência de gênero on-line desenvolvido coletivamente pelo Instituto Az Mina, Internet Lab e Núcleo Jornalismo, mapeou dados relativos a comentários misóginos registrados na internet relacionados a candidatas em 2024. O estudo apresentou resultados da violência política sofrida na internet por candidatas à prefeitura e vereança em todo o país. Os dados revelam que no Twitter, 11% das postagens possuíam termos ofensivos, sendo que 40% tinham conteúdos direcionados a candidatas. Já o Instituto Marielle Franco mapeou os tipos de violência contra 142 candidatas negras de 16 partidos, filiadas a partidos de esquerda e centro-esquerda. Foram identificados os tipos de violência virtual (78%), moral e psicológica (62%), institucional (55%), racial (44%), física (42%), de gênero ou LGBTQIA (28%).

Matos (2021 apud Franco; Brigagão, 2025, p. 3) ressalta que a violência de gênero surge por meio de atos de omissões, causando danos à inserção e à permanência das mulheres em espaços de poder e violam os direitos políticos tanto individual quanto coletivamente. As formulações de Matos (2021) consideram ainda que a interseccionalidade tem um papel central na violência política contra a mulher que pode vir de raça/cor, etnia, orientação sexual, classe, deficiência entre outros.

Já Birolli (2018 apud Franco; Brigagão, 2025, p. 4) sinaliza em suas pesquisas que a violência contra as mulheres na política baseia-se em valores sexistas, se constituindo numa reação à presença destes corpos na política e tem como alvo mulheres que participam de eleições e órgãos representativos, bem como mulheres

ativistas.

Por isso, percebe-se que embora existam inúmeros movimentos de mulheres em luta, e diversos com demandas muito específicas, uma pauta que unifica mulheres brancas, negras e indígenas é o combate à violência de gênero em diversos espaços da sociedade. No entanto, quando se leva em consideração as intersecções de raça e classe que atravessam o corpo feminino, verificamos números muito distintos.

O Mapa da Violência[2] de 2015 evidenciou números alarmantes em que a taxa de homicídios cometidos contra mulheres negras aumentou 54%, enquanto entre mulheres brancas este número caiu 9,8%. Esse declínio apenas entre o grupo de mulheres brancas geralmente está associado a redes de apoio ou proteção mais acessíveis ou acesso à informação mais massificado a determinada classe social.

Embora as mulheres negras carreguem ao longo de sua trajetória, marcadores de racismo e sexismo que estruturam e organizam a lógica do patriarcado, é este mesmo grupo que subverte esse status quo, a partir de suas redes afetivas nos territórios periféricos, sendo resistência em diversas instâncias de poder assim como atuando na preservação da memória e ancestralidade afro-brasileira.

Levando-se em consideração estes elementos da subjetividade do corpo feminino negro no coletivo, o objetivo empírico da pesquisa se direcionou à construção de narrativas de 7 professoras negras[3] da Rede Pública de Ensino, focalizando não somente o ato de execução do corpo de Marielle Franco como eixo fundamental de análise, mas também as diferentes representações da sua memória e legado político e social, a partir do ato de educar na sala de aula.

O perfil das entrevistadas se distinguia participando da entrevista, desde pessoas próximas à Marielle Franco na vida privada ou em espaços da militância até as que não chegaram a conhecê-la fisicamente. Tais narrativas são fruto da memória de cada professora, em seus contextos individuais, descortinando contextos sociais específicos da construção destas subjetivações.

---

[2] O Mapa da Violência, em especial na parte relativa à “Violência de Gênero”, é fundamental para transformar dados brutos em ferramentas de diagnósticos, visibilizando o impacto da violência de gênero sobre a população de mulheres no Brasil em pesquisas de um modo geral com este caráter. Ele atua como ferramenta técnico política, monitorando e servindo de fomento para políticas públicas de combate a misoginia.

[3] Obedecendo às normas da Plataforma Brasil e os critérios da pesquisa brasileira diante de investigações ou entrevistas empíricas envolvendo seres humanos, optamos por denominar as participantes com nomes fictícios e também não especificarmos as instituições educacionais.

Por isso, tal escolha destes sujeitos entrevistados nesta pesquisa está relacionada ao critério empírico de elucidar neste estudo discursos de mulheres negras que possuíam diferentes níveis de proximidade com a vereadora ou que sequer a conheceram em presença física. Esta seleção garantiu ao conteúdo investigativo da entrevista uma diversidade de olhares sobre sua trajetória social e vozes com múltiplas percepções da atuação política da parlamentar. Por isso, tivemos os seguintes critérios de escolha para os perfis de mulheres: a) mulheres negras professoras que possuíam relação de extrema intimidade com Marielle Franco; b) mulheres negras professoras atuantes em seu partido político, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); c) mulheres negras professoras que apenas conheceram a vereadora dos conteúdos midiáticos de veículos de comunicação brasileiro; d) Mulheres negras exercendo docência em alguma instituição pública (este último critério, comum a todas).

Cada entrevistada selecionada leciona em uma instituição educacional pública específica, o que também possibilitou a apresentação de significações pedagógicas e sociais muito singulares. Mesmo que os depoimentos não tenham o mesmo recorte histórico, cultural ou educacional, essas evidenciaram pertencer a contextos e significações aproximadas de determinada coletividade representativa deste grupo identitário.

Esta pesquisa investigativa se caracterizou pelo caráter qualitativo, focalizando assim a compreensão dos fenômenos sociais utilizando-se da interpretação de contextos subjetivos, comportamentos e motivações humanas se apropriando de métodos como: entrevistas, grupos focais ou observações prévias. Godoy (1995, p. 58) ressalta em seus estudos o que denominados estudos qualitativos têm como preocupação fundamental: a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Deste modo, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o que está sendo estudado.

Neste sentido, os objetivos teórico e metodológico desta pesquisa se organizaram em: 1) Eleger diferentes mulheres negras professoras inseridas em contextos sociais distintos com condições de proferir discursos acerca da trajetória e vida política de Marielle Franco; 2) Interpretar elementos de análise empíricos recorrentes nos discursos das entrevistadas, tais como: sentimento de “raiva” como instrumento de luta, legados de inspiração da trajetória de Marielle Franco ou até

mesmo a ideia da sua existência simbólica transcendendo o corpo físico; 3) Correlacionar o estudo de formulações teóricas de intelectuais negras com formulações teóricas aproximadas aos elementos de análise recorrentes elucidados na entrevista através do discurso das professoras negras.

Para compreendermos a análise empírica que estávamos nos propondo a realizar enquanto pesquisa, elencamos duas questões gerais fundamentais a esta interpretação: 1) Quais as inspirações da trajetória de Marielle Franco em vida e, posteriormente, após seu feminicídio político para as práticas pedagógicas das professoras? 2) Como essas inspirações se manifestaram em diálogos e respostas através das colocações durante a pesquisa realizada?

Deste modo, a investigação de pós-doutoramento finalmente se respaldou em entrevistas semiestruturadas com estas professoras negras sob a perspectiva do conceito “Escrevivência” da autora e intelectual negra Conceição Evaristo. As escrevivências são centrais para tentar compreender as escritas e narrativas das mulheres negras a partir de si e sua ancestralidade. Assim Evaristo ressalta que:

> Pensar a Escrivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica. A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da Casa Grande (Evaristo, 2020, p. 29-30).

Com isso, a escrevivência consiste numa formulação conceitual a resistência das mulheres negras contra o apagamento de suas trajetórias e memórias políticas. Deste modo, a construção das questões norteadoras desta entrevista procurou abordar elementos que atravessam essa identidade das professoras negras e as relações de proximidade social e política constituídas a partir da história da vereadora Marielle Franco.

As perguntas direcionadas a professoras sujeitas de nossa pesquisa que mencionavam diretamente a interlocução da influência do legado de Marielle Franco com sua postura pedagógica e consciência política foram:

1- a) Você em algum momento direcionou algum trabalho pedagógico ou “fala” relacionados à trajetória de Marielle Franco? b) Quais foram os desdobramentos em sala de aula em meio a esta abordagem? 2) Quais os atravessamentos (convivência pessoal, contato com o legado, inspiração) Marielle Franco propiciou na sua formação

enquanto mulher negra, professora da rede pública e intelectual? 3) Em termos de legado e inspiração, no que você compreende que o legado de Marielle Franco tem a contribuir na formação de educandos e educandas pretas?

Ao iniciar a entrevista com as professoras, identificamos que o volume robusto e denso das falas de interlocução destas professoras negras era suficientemente consistente e palpável para a imbricação de outras questões empíricas paralelas a esta pesquisa tais como:

a) O que diziam essas professoras negras sobre o feminicídio de Marielle Franco? b) Como estas professoras compreendiam toda a mobilização construída no nosso país a partir da execução deste corpo negro feminino político? c) Que significados este corpo tombado carregava agora no espaço educativo dessas educadoras e no contexto de suas trajetórias profissionais e sociais?

A realização das entrevistas durou cerca de 4 meses no ano de 2023 e os encontros da pesquisadora com as professoras negras variaram entre marcações na própria instituição de ensino que ministravam aula, residência das entrevistadas, estabelecimentos de café, restaurante ou na modalidade remota. O contato realizado se constituiu através do Whatsapp pessoal de cada entrevistada. O fato de a pesquisadora integrar o mesmo ciclo de militância da vereadora Marielle Franco através de grupos político partidários facilitou a proximidade com os sujeitos escolhidos para a entrevista desta pesquisa investigativa.

## A produção de sentidos da imagem de Marielle Franco após sua execução política

Esta seção ilumina a pavimentação política e social após o assassinato político de Marielle Franco. Para o desenho de uma análise empírica mais aproximada do caso da vereadora, o trabalho elegeu a dissertação de mestrado de Silva (2021) e a tese de doutorado de Marinho (2023).

A dissertação de Silva (2021), escrita por Anielle Franco, irmã da vereadora e Ministra da Igualdade Racial (2023 até março de 2026) discorre sobre a história do Instituto Marielle Franco, apresentando a justificativa de sua fundação como uma resposta a este brutal assassinato em 14 de março de 2018. Sendo assim, tal Instituto se constitui num espaço de resistência frente às violências de gênero e atravessamentos de corpos e subjetividades dos corpos femininos, sobretudo negros

e indígenas.

Já a tese de doutoramento de Marinho (2023), escrita pela pesquisadora Ana Isabel Freire dos Santos Marinho, analisa o processo de midiatização e a circulação dos sentidos dos direitos humanos a partir do assassinato de Marielle Franco. A partir deste acontecimento, tensões políticas e sociais sobre a temática foram evidenciadas na sociedade a partir da circulação de notícias e produção de sentidos acerca do caso.

No dia 14 de março de 2018, um crime político abalou a população fluminense e consequentemente brasileira, o assassinato da vereadora do Psol pela cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Ela era socióloga e ativista dos Direitos Humanos, sendo a quinta candidata mais votada no ano de 2016 em que concorreu (Negra da Maré..., 2018). Antes de exercer a função de parlamentar, Marielle ocupou por 10 anos o lugar de assessora no gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo, coordenando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2009.

Minutos antes do acontecimento de sua execução, Marielle cumpria uma agenda política na “Casa das Pretas”, lugar de acolhimento e ativismo das mulheres negras em luta da cidade do Rio de Janeiro. Na saída do evento, a vereadora foi acompanhada para o carro pelo motorista Anderson Gomes e pela assessora Fernanda Chaves. Logo pelas imediações do Centro do Rio de Janeiro, o carro da vereadora começa a ser perseguido por outro carro, sem que nenhuma das três pessoas percebesse a situação. Próximo ao bairro do Estácio, o carro da vereadora Marielle Franco foi atacado à tiros pelo carro que a perseguia. Quatro tiros atingiram Marielle e o motorista Anderson também foi atingido, provocando a morte dos dois. A única sobrevivente deste atentado foi Fernanda Chaves.

Depois do assassinato de Marielle Franco, produziram-se sentidos, imagens e discursos no campo dos Direitos Humanos que atravessavam esse campo, ganhando força na circulação midiática. Marinho (2023, p. 17) ao analisar este fenômeno em seus estudos enfatiza que a produção de subjetividades de um determinado grupo político ideológico passou a desqualificar a figura de Marielle ao classificá-la como “defensora de bandidos”. Este momento acirrou os sentidos e tensões sociais sobre a pauta dos Direitos Humanos no campo comunicacional.

Sendo assim, percebe-se que o campo dos direitos humanos está em constante disputa e negociação de narrativas diante da midiatização de determinado

caso, acirrada ainda mais em tempos de disputas de polos ideológicos extremos na esfera política. Neste sentido, distintos atores sociais produzem múltiplas elaborações acerca da imagem de Marielle Franco.

Já Silva (2021) diante de seu olhar que se imbrica entre a convivência da vida particular em família antes do assassinato, o ativismo após execução da irmã e a pesquisa acadêmica ressalta através das suas experiências que:

> Cada flash que me vinha da Mari eu escrevia e reescrevia. Era como se eu tentasse recriar todos os momentos vividos entre mim e ela. Ver o símbolo que Marielle se tornou após sua morte me fez abraçar nossos momentos, nossos valores, nossas risadas e choros mais profundos. Eu só entendi o que minha irmã significava para toda uma população, quando abri a janela da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 2018, e me deparei com uma multidão sem tamanho (Silva, 2021, p. 65).

O relato da pesquisadora e irmã de Marielle Franco a partir da grandiosidade e repercussão do velório em praça pública ao lado da Câmara Municipal bem como o desdobramento da mobilização dos movimentos sociais demonstrou que houve um "divisor de águas" para o movimento de mulheres negras no Brasil. Diante deste acontecimento, mulheres negras oriundas de diversas frentes políticas, territórios periféricos, organizações não governamentais e espaços de aquilombamento se incumbiram da necessidade de recolocarem seus corpos em espaços de representação política ou instâncias de poder, sendo assim denominadas de "sementes" de Marielle. Deste modo, Silva (2021) ressalta em seus estudos a sua consciência crítica perante o ícone brasileiro e negro que Marielle Franco havia se tornado:

> Naquele momento, com a árdua missão de consolar minha mãe, disse a ela que minha irmã, sua filha, seria agora um patrimônio cultural do povo negro. Não me atrevi a usar esse termo para diminuí-la, pelo contrário, sua grandeza atingiu o mundo inteiro, Marielle era gigante. Mas, mais uma vez, reafirmo: o assassinato de Marielle afeta e acerta a população negra, as mulheres negras, de uma outra forma. Na forma da dororidade de que trata Vilma Piedade, mas também nas escrevivências de Conceição Evaristo (Silva, 2021, p.65).

Para o movimento negro brasileiro e grupos feministas negros, a figura de Marielle Franco a partir da execução se tornou um símbolo da luta dos direitos humanos. No entanto, estas disputas do "caso Marielle" produziram inúmeros discursos que se entrecruzam, criando sentidos que se fixam, ressignificam ou são

reapropriados no campo ideológico. Assim, Marinho (2023) enfatiza em seus estudos sobre a midiatização do caso no país elementos distintos dos levantados por Silva (2021) sobre o dia posterior à morte da vereadora, os quais evidenciam as tensões no contexto do campo dos direitos humanos.

Segundo Marinho (2023, p. 54), no dia 15 de março de 2018 (data posterior a execução de Marielle Franco), o veículo de comunicação *Nexo jornal* publicou uma reportagem de grande visibilidade intitulada: “Como falar com quem acha que Marielle merecia morrer por defender bandidos?” (Fábio, 2018). A matéria visibilizaria discursos de especialistas em segurança pública que ajudariam a desconstruir o estereótipo distorcido sobre a pauta dos direitos humanos.

Pelo fato de Marielle Franco ter tido um histórico de militância de defesa dos direitos humanos, atuando prioritariamente pelo fim da violência policial e do combate ao racismo, muitas pessoas inclinadas ao campo ideológico da direita política ou até mesmo proveniente de um senso comum na construção do pensamento justificaram a sua morte, responsabilizando a própria vereadora pelo crime do qual foi vítima.

Contudo, Marielle Franco fortalece um legado de ativismo militante nos coletivos negros de todo o Brasil e sua família compreende que a partir do marco da sua execução, tornar constante esta memória viva era sua principal tarefa. Silva (2021, p. 59) enfatiza ainda em seus estudos que a morte de sua irmã não foi em vão e que o maior legado neste processo foi a junção de elementos como prática, ação e revolução das mulheres negras.

Sendo assim, a trajetória de Marielle Franco inspirou inúmeras fileiras de mulheres, sobretudo mulheres negras, ao longo destes 8 anos. Se por um lado, a construção de seu imaginário suscitou a produção de inúmeros discursos de ódio, proliferação de notícias *fake news* criminalizando a vida do povo favelado e acirrou os extremos ideológicos da esfera política nacional, por outro sentido o seu legado despontou justiça e resistência em inúmeras fileiras e lutas femininas no país.

## A “raiva” das mulheres negras como instrumento de resistência ao feminicídio política de Marielle Franco

Nesta seção, elencamos depoimentos de professoras negras que se forjaram na resistência a partir do assassinato de Marielle diante de um sentimento que provoca interpretações equivocadas associadas à vingança, ao revanchismo ou à raiva. O luto

e a dor provocada pela execução política brutal de uma mulher negra que virou ícone da luta antirracista e pelos direitos humanos para determinado grupo populacional mobilizou vivências individuais ou coletivas que evidenciaram sentimentos de autoproteção ou fortalecimento para estes atores sociais.

Diversas vozes de mulheres lideranças políticas, após o assassinato, proferiram discursos reivindicando a preservação da memória de Marielle Franco e a exaltação à ancestralidade do povo negro diante do fato ocorrido.

A dimensão pedagógica de análise das práticas pedagógicas das entrevistadas também se centrou na compreensão de que todas as professoras negras seguem os princípios de uma educação antirracista e plural nas suas atuações docentes em sala de aula, elemento a ser evidenciado em seus discursos proferidos ao longo da pesquisa. Assim Ribeiro (2019) ressalta em seus estudos que é necessário no ambiente educacional brasileiro:

> Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais (Ribeiro, 2019, p. 16).

Sendo assim, a valorização de conteúdos pedagógicos étnico-raciais bem como o pertencimento dos alunos negros com sua origem, cultura e história afro-brasileira em sala de aula atravessou o teor das falas de algumas professoras negras inseridas nesta pesquisa. Tais abordagens pedagógicas no ambiente educativo vieram a fortalecer essas professoras para que passassem pelo processo de luto na circunstância da execução de Marielle Franco, precisamente no ano de 2018.

O movimento de “seguir adiante” seja nas lutas políticas ou nos espaços de ocupação laboral, em especial educativos, como neste estudo, gerou a necessidade de uma tomada de consciência ou constituição de uma identidade mais fortalecida, renascendo enquanto indivíduo político. A partir de um fato político extremamente doloroso foi preciso processar estratégias de sobrevivência e, portanto, resistência, transformando toda raiva em ações políticas de diferentes âmbitos sociais.

Na pesquisa que realizamos com as professoras negras, há relatos que indicaram sentidos de trajetórias marcadamente distintas. Vejamos o caso da

professora de História Paula da instituição X, uma das amigas mais próximas da vereadora e intelectual Marielle Franco:

> Ela era sempre muito disponível. Ela gostava muito, né, de ir a es... Diferentes escolas e aqui também. E vários dos alunos viram como eu fiquei, né, porque é assim que aconteceu o assassinato eu lembro que eu fiquei: “Não. Eu vou dar aula normal.”. Na semana seguinte. “Vou seguir a vida, porque a gente tem que continuar e tal.”. E eu passei pra uma turma de quinto período. A gente tava trabalhando, enfim... Né? Fim da escravidão no Brasil e eu passei o film... A música... O samba do Paraíso do Tuiuti: “Meu Deus. Meu Deus. Se eu chorar não leve a mal.”. E eu comecei a chorar copiosamente em sala. E a turma sabia que ela era a minha comadre. Tinha uma semana e eu fui vendo ali que não ia ser tão fácil assim é passar por isso. E quando a gente fala da importância é da resistência política. Quando a gente fala de perseguições políticas, né? Então ela parece muito mais às vezes pelos alunos me perguntando do que necessariamente por eu citar, né? (Paula Silva, 2023).

Nesta narrativa, percebemos nitidamente a aproximação da professora entrevistada com Marielle Franco no âmbito das relações privadas. É indiscutível reconhecer o momento de luto e consternação da professora ao ter que prosseguir ministrando aulas nas semanas posteriores à execução de alguém de tamanha proximidade cotidiana. A mesma também faz alusão em seu depoimento que externa sofrimento em relação à ideia de “resistência política” em meio ao acontecimento do feminicídio político, episódio que impulsionou a organização política de grande parte das mulheres negras interligadas a movimentos sociais ou não.

Mesmo sem mencionar diretamente o sentimento de raiva que possuía por causa da execução da vereadora Marielle Franco, percebemos a conexão deste estado emocional quando a mesma menciona o conteúdo sobre o período da escravidão e em seguida, sinaliza a necessidade da resistência política nos movimentos em geral.

Audre Lorde (2020) em seus estudos ressalta que a raiva é um sentimento que se deve sentir diante de uma situação opressiva. Mas, a mesma compreende que é preciso canalizá-la enquanto resistência política em diferentes espaços sociais.

Sonia, outra professora narradora da pesquisa, descreve este mesmo sentimento de raiva canalizado como munição de luta diante deste mesmo episódio para muitas mulheres negras do país:

> A raiva. As nossas vulnerabilidades também. Sabe? Porque é… a

> gente ainda vive numa sociedade que as coisas são muito veladas. E que não se fala sobre as violências que a gente sofre. Sobre os problemas. São tão... Isso é tão violento que não permite nem que a gente se questione sobre isso. Que a gente se incomode. Que a gente perceba. Então é…a questão da Marielle, inclusive, reverberou até nas minhas relações. Que eu comecei a pensar também. A perceber espaços em que eu me sentia violentada de alguma maneira. Que talvez até me incomodasse, mas é como não tivesse identificado, por quê. E aí agora eu consigo identificar o por quê. Sabe? E aí... E tento trazer também essas questões. Sabe? Pra sala de aula. Mesmo com as minhas crianças pequenas é uma questão de autocuidado. É autopreservação, né? A questão do discurso. Então eu tento assim transformar essa experiência de dor que a gente tem que lidar até hoje em situações, né? (Sonia Camargo, 2023).

A professora narradora menciona a questão das vulnerabilidades envolvidas na perda coletiva de Marielle Franco, os desdobramentos do sentimento de indignação na vida privada enquanto incômodo cotidiano, tentando abordar este sentimento de alguma forma em sala de aula através da resistência.

Assim, Lorde (2020, p. 155) sinaliza em seus estudos sobre “Gênero” e “Raça” que as mulheres reagem ao racismo através do sentimento de “raiva”, aprendendo a usá-la durante boa parte da vida. Lorde enfatiza que as mulheres reagem ainda a raiva diante da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, dos maus tratos, dos estereótipos e das traições, sendo uma reação a atitudes racistas.

Em paralelo aos depoimentos da entrevista da pesquisa, mencionamos a forma como a irmã da vereadora e então ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, internaliza esse mesmo sentimento de raiva diante da execução de Marielle, impulsionando assim, sua militância junto aos coletivos e movimentos de mulheres negras e ação política na sociedade civil ao fundar o Instituto Marielle Franco.

Anielle Franco descreve na sua dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais do CEFET/RJ intitulada *Instituto Marielle Franco: escrevivências, memórias e o legado de Marielle Franco*:

> Assim o fiz. Após o assassinato, eu tinha duas escolhas: aceitar tudo que estava acontecendo em minha família de braços cruzados ou agir para que o legado e a memória de minha irmã fossem mantidos vivos, mas com a nossa narrativa, na qual eu, mulher negra, não seria silenciada, interrompida e poderia contar minha própria história e, ainda assim, seria a protagonista de tudo que fosse feito (Silva, 2021, p. 79).

A mesma compreendeu que era necessário naquele momento se aglutinar às

fileiras do movimento de mulheres negras não só para clamar por justiça diante do crime brutal ocorrido, mas também para fortalecer a herança sócio-histórica de sua irmã perante à população brasileira. E assim, o legado de Marielle foi multiplicado e referendado pelos inúmeros coletivos de mulheres negras e territórios brasileiros.

Evaristo (2020, p. 31) em suas conceituações enfatiza a necessidade de se evidenciar as “escrevivências” das mulheres negras de um modo geral, resgatando a condição de nossa nacionalidade afro-brasileira e também a ancestralidade, ao se conectarem com a diáspora africana. Deste modo, Anielle Franco internalizou a necessidade de construção do legado da irmã a partir da coletividade da luta das mulheres negras.

## Legado de inspiração política e construção das “sementes” após a morte de Marielle Franco

Outras professoras na pesquisa mencionaram a inspiração de Marielle Franco em suas narrativas através da pavimentação da sua trajetória com a quinta maior votação à vereança do Rio de Janeiro durante a eleição municipal em 2016. Enfatizaram também nos discursos, o escopo político da parlamentar fortalecido nacionalmente, construindo um ícone representativo para as mulheres negras de todo país. A professora narradora Nilza então afirma:

> Ah! Marielle é… deixou semente.”. E deixou. Porque esse movimento, essa preocupação de construir políticas públicas, né, era algo distante de nossa realidade enquanto mulheres negras. Nós não pensávamos... As nossas lutas, né, as nossas bandeiras não perpassavam pela política. Apesar da política ser importante pra nossa existência. Tá me entendendo? E foi Marielle que fez com que a juventude, as mulheres negras percebessem que era importante ocupar aquele espaço. Tipo assim, matam a Marielle. Tiram a Marielle daquele lugar, porque quando matam ela, dizem assim pra gente: “Aqui não é lugar pra vocês.”. E aí é nesse momento em que surgem várias outras mulheres dizendo: “É nosso lugar sim, nós vamos entrar.”. Coisa que antes, na candidatura da Marielle, antes de sua morte... Eu creio até que se a Marielle tivesse viva hoje, nós não teríamos essa... Nessa vitória, nessa eleição, né, a quantidade de mulheres que nós elegemos. Foram poucas, porém muitas. Porque anteriormente nós éramos nada. Quem nos representava? Quem representava a mulher negra nos parlamentos? (Nilza Santos, 2023).

A entrevistada ressalta em seu discurso, o despontar destas mulheres negras na militância cotidiana partidária, de territórios ou sociedade civil, engajando-se politicamente após a execução de Marielle. Esse movimento, até então inédito na

trajetória de grande parte delas, atravessa suas narrativas e construções de identidade. A ausência anterior de ocupação destes corpos femininos negros na arena política ou em instâncias de poder está associada a compreensões de auto-ódio ou memórias dolorosas seja na infância ou em fases etárias mais avançadas.

Souza (1983), em seus estudos e formulação sobre a categoria “tornar-se negro/negra”, ressalta que a existência da negação das pessoas negras à sua autodeclaração ou reconhecimento da cultura afro-brasileira no cotidiano se estabelece pelo fato desta identidade negra ter sido negativada no Brasil. Por isso, a autora acredita que é a partir da formação de consciência do processo ideológico que o negro/negra mediante o discurso mítico acerca de si cria uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento, aprisionando-o(a) numa imagem alienada.

Mesmo diante desta tomada de consciência constituída nos coletivos e grupos de ativismos de mulheres negras, é possível identificar através da situação envolvendo Marielle Franco, a descartabilidade destes corpos negros femininos no espaço do parlamento burguês.

Outra professora negra da nossa pesquisa enfatiza sua proximidade à Marielle Franco nos espaços de militância dos movimentos sociais. Ela comentou o quanto a vereadora a inspirava politicamente, comparando suas posturas políticas com a trajetória da intelectual negra Lélia Gonzalez na esfera político partidária:

> Ela vinha, dava aquele aperto de mão apertado: “E aí negona?” Né? Ela sempre tinha essa fala com a gente. Sabe? De cuidado, de carinho, né? E no debate político também ela fazia com muita firmeza. Sabe? Com muita firmeza. E o estender as mãos. Que eu acho que quando a Marielle chega no parlamento, né, e ela vê o quanto que esse parlamento é sexista, é racista, é LGBTfóbico, né (...)E a Marielle…eu acho que ela coloca pra gente é…uma atuação... Essa atuação... A Lélia também, mas eu falo muito assim. A Marielle por ela ser essa pessoa, né, do nosso tempo que é aquela voz forte e firme. Sabe...é dentro do parlamento né? A Lélia Gonzalez ela não chegou a ser eleita, né? Acho que não foi eleita. Ela foi candidata acho que umas duas vezes, mas ela na foi. Não chegou a ser eleita. É…e com que potência ela ocupou esse lugar, né? (Ivone Silva, 2023).

A entrevistada correlaciona a atuação militante de Marielle Franco com a intelectual e ativista Lélia Gonzalez, esta embora nunca tenha ingressado na carreira parlamentar, enfrentava enquanto corpo político negro e feminino, rejeição e questionamentos nos espaços da academia e atuação política.

Conforme pesquisas de Ratts e Rios (2010), Gonzalez foi uma ativista política

muito dedicada, que se inseriu de maneira integral à luta antirracista, fundando em 1978 o MNU (Movimento Nacional Unificado). Lélia Gonzalez também se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente ao Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT). Candidatou-se nas duas organizações partidárias quando esteve filiada, mas não se elegeu, sentindo-se invisibilizada nos dois processos de campanha eleitoral. Após essas desilusões, Lélia resolveu desistir da disputa na arena política, dedicando-se às demandas do movimento negro e da vida acadêmica.

Esse “modus operandi” de invisibilidade da participação das mulheres negras no pleito eleitoral é emblemático na trajetória da política brasileira. Collins (2024, p. 18), ao tentar compreender em suas formulações, as vivências das mulheres negras provenientes dos marcadores do racismo e sexismo, se remete ao conceito de interseccionalidade. A autora explica que a “interseccionalidade” se originou da tentativa de tentar compreender a violência de uma série de práticas institucionais do sistema capitalista e patriarcal sobre estes corpos negros femininos.

## “Marielle está viva em tudo que faz”: o “corpo-espaço” que transcende o “físico”

> Não, nós nos negamos a acreditar que um corpo tombe vazio e se desfaça no espaço feito poeira ou fumaça adentrando-se no nada dos nadas. Nadificando-se (Conceição Evaristo)

Esta seção permitirá compreender os sentidos e significados construídos por Marielle Franco na sociedade brasileira e em grupos minoritários após sua morte física. Mesmo tendo sua trajetória política interrompida e seus projetos individuais ceifados por interesses espúrios de uma milícia ideológica da cidade do Rio de Janeiro, o bordão “Marielle Vive!” ecoa no movimento de mulheres até os tempos atuais.

Krenak (2019, p. 25-26) em seus estudos sobre cosmovisão e a ideia de se constituir uma sociedade para além da existência da matéria defende uma capacidade imaginativa da existência similar ao pensamento de alguns povos tradicionais como os Ianomâmis. Neste sentido, o autor aposta numa ruptura mental humana, apostando na desestabilização de um dado padrão de existência. Silva (2021) enfatiza em seus

estudos, a presença de uma instabilidade climática muito atípica na noite da morte de sua irmã, ressaltando a possibilidade de uma conexão física com algum sentido sobrenatural advindo do meio ambiente:

> Lembro exatamente o arrepio do meu corpo quando atendi o telefone naquele dia 14 de março, recebi a notícia do crime, e entendi que, naquele momento, minha parceira de vida tinha se tornado minha estrela maior. Uma ventania tomou conta da cidade do Rio de Janeiro na mesma noite que me tiraram minha irmã, era a força do vento, da natureza, já nos avisando que nada daquilo seria em vão. Foi uma mistura de frio, com ventos fortes, e muita chuva (Silva, 2021, p. 74).

Em diferentes narrativas ouvidas na pesquisa, foi possível interpretar sentimentos de uma presença constante da representação da vereadora mesmo diante da ausência da materialidade de seu corpo por conta de sua execução. Balizando um paralelo da presença do corpo-espaço de Marielle Franco e os atravessamentos interseccionais que esta imagem de Marielle carrega, destacamos esta contundente colocação da professora narradora Milena Paula na pesquisa:

> A Marielle tá viva em tudo que ela fez. (...) A Marielle ela deixou muitas sementes. Então a gente teve um trabalho Marielle muito mais estético porque naquele momento também quando eu trouxe a Marielle e a fala das crianças foi muito de violência elas começaram a trazer situações de... -como eu falei, a maioria mora favela- de pessoas que foram mortas com um tiro na cabeça. Eu sabia que foi na cabeça. Que o rapaz morreu e deixou um filho pequeno. Foi o Anderson. Então assim, as crianças acompanharam aquilo, Mari. Né? A gente acha que não. Se eu tiver uma filha eu vou botar o nome... Uma das... Eu vou ter duas filhas. E isso tem já há algum tempo. Eles...Né? Eram bem pequenas, mas lembro. A memória da Marielle é muito nisso. E teve uma criança que falou assim: “Ah professora. E quando uma vai se chamar Marielle e a outra vai se chamar Dandara?”. Isso depois de um tempo. E falei: “Por quê?”. “Porque a senhora contou a história da Dandara dos Palmares e eu achei a história muito bonita e eu acho um nome bonito, muito forte. E a senhora me contou a história da Marielle. E ela também é uma mulher…e ela é uma mulher aqui do Rio e favelada como eu.” (Milena Paula Matos, 2023).

Notadamente, é ressaltado nesta narrativa o legado de Marielle Franco referenciado em vida nas colocações da professora Milena Paula, impulsionando outras mulheres negras a se inserirem como lideranças, articuladoras, multiplicadoras ou candidatas no campo político e movimentos sociais futuramente. Quando a mesma menciona em seu depoimento que: “*A Marielle está viva em tudo que ela fez”,* transcende-se a ideia da existência física no mundo, conectando-se com o “sagrado”

da mesma diante das suas ações realizadas ao longo de sua trajetória, fortalecendo assim a ancestralidade da população negra brasileira.

Akotirene (2019, p. 20) em seus estudos, ao se remeter à ancestralidade de seus antepassados e adotar o Atlântico Sul como lócus de opressões cruzadas dos negros escravizados, acredita que é necessário descolonizar perspectivas hegemônicas sobre o próprio conceito de interseccionalidade. Neste sentido, a autora evoca a necessidade de nos libertarmos das feridas coloniais causadas pela interferência do eurocentrismo na nossa educação.

Por isso, a temática da ancestralidade é tão cara para a luta de nós, mulheres negras, uma vez que muitas das nossas que “tombaram” no caminho pavimentaram a nossa caminhada ao longo do tempo.

A tentativa de silenciamento de Marielle Franco se materializou em março de 2018 e até hoje reverbera em diversos textos e tessituras não apenas pela escrita referenciada, erudita ou acadêmica e no aumento da presença de corpos políticos em diversos espaços da cidade. Para além do corpo físico, Marielle hoje é um corpo social, traduzindo-se em relações de ancestralidade, coletividade e dororidade entre nós, “pretas”.

Ao ter conhecimento da morte de Marielle, a escritora Conceição Evaristo recolocou na cena de suas conhecidas produções da literatura negra e feminina um poema que se antagonizava à ideia de “nadificar-se feito poeira ou fumaça”. Neste sentido, o corpo físico individual se transpõe à ideia de um corpo político coletivo, capaz de ecoar inúmeras vozes de mulheres negras no espaço-tempo.

## Considerações Finais

Ao analisarmos na pesquisa, as questões paralelas que atravessam as narrativas individuais das diferentes professoras negras entrevistadas na pesquisa, tivemos como espinha dorsal deste estudo a seguinte indagação central: **“O que dizem estas professoras negras sobre a violência política contra Marielle Franco?”**

Notadamente, a pesquisa compreendeu na seção inicial que o “caso Marielle Franco” produziu sentidos e significações distintas relacionadas à grupos populacionais interligados ou não à determinada ideologia do campo político

brasileiro. Deste modo, a disputa de narrativa associando Marielle ora como “defensora de bandido” ora como “ícone do movimento de mulheres e negritude” desvelou um debate de pano de fundo ainda maior sobre a relevância dos Direitos Humanos na sociedade.

Este estudo procurou refletir sobre a produção de discursos de mulheres negras ativistas ou progressistas pertencentes a um determinado grupo ideológico da sociedade. Essas sujeitas atuantes no campo da educação se inspiraram no ativismo político de Marielle Franco tanto pelas intersecções de gênero e raça que as aproximam como pela identificação da atuação da vereadora na defesa das pautas essenciais como: direitos das favelas, educação e saúde pública para todos, combate ao racismo e atendimento às demandas das mulheres negras na sociedade.

As entrevistas indicam também a simbologia da representação de Marielle Franco para inúmeras gerações de alunos escolarizados, sobretudo crianças oriundas de favela, ao identificarem em sua história um ícone de referência política, resistência ao racismo cotidiano e das instituições além da defesa da luta de classes diária do povo favelado.

A violência cotidiana naturalizada nestes territórios, ceifando principalmente as infâncias negras de forma tão brutal não imobiliza o “esperançar” desses indivíduos que como o aluno descrito pela professora narradora Milena Paula sonha em partilhar uma família composta por filhas com nomes de heroínas de brasileiras como Marielle Franco e Dandara dos Palmares.

**Referências**

AKOTIRENE, Carla**. Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: raça, gênero e violência**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

EVARISTO, Conceição. “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparolli. **Itau Social,** 9 set. 2020. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-t ambem-para-as-pessoas-pensarem. Acesso em: 13 mar. 2025.

EVARISTO, Conceição**.** Nós nos negamos a acreditar! **Recanto da Poesia**, [s. d.]. Disponível em: https://recantodopoeta.com/nao-nos-nos-negamos-a-acreditar. Acesso em: 27 mar. 2025.

FABIO, A.C. Como falar com quem acha que Marielle merecia morrer por "defender bandido". **Nexo Jornal**, mar, 2018. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/15/como-falar-com-quem-acha-que-marielle-merecia-morrer-por-defender-bandido. Acesso em: 2 mai. 2026.

FACHIN, Melina Girardi; BARTOLOMEU, Conti. Violência política de gênero, diversidade e inclusão: caso Benny Briolly. **Suprema: Revista de Estudos Constitucionai**s, Distrito Federal, Brasil, v. 5, n. 1, p. 425–453, 2025.

FRANCO, Adriana Alves e BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado. A violência política de gênero no parlamento brasileiro: narrativas de deputadas. **Athenea Digita**l, v. 25, n. 1, p. 01-18, 2025.

GABI COELHO. Monitora expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024. **Portal Az Mina**, 13 de setembro de 2024.Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/monitora-expoe-misoginia-e-transfobia-contra-candidatas-em-2024// Acesso: 2 de maio de 2026

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v.35, n.2, 1995.

KRENAK,Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LORDE, Audre**. Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
Negra da Maré e socióloga, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio. **O Globo**, 15 mar. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/negra-da-mare-e-sociologa-marielle-foi-a-5-vereadora-mais-votada-

do-rio.ghtml. Acesso em: 11 abr. 2026.

MALCHER, Andrea. Cerca de 130 mulheres já foram vítimas de violência este ano. **Congresso em Foco**, Brasília, 28 set. 2024. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/6606/cerca-de-130-mulheres-ja-foram-vitimas-de-violencia-politica-este-ano . Acesso em 16 mar. 2025.

MARINHO, Ana Isabel Freire Monteiro dos Santos. **A tessitura comunicacional dos direitos humanos a partir do caso Marielle**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Faculdade de Ciência da Comunicação,Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2023.

RATTS, Alex, RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, Coleção Retratos do Brasil Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Anielle Francisco da. **Instituto Marielle Franco: escrevivências, memórias e o legado de Marielle Franco**. 2021. 121f. Dissertação de Programa de Pós-graduação em Relações Étnico Raciais-Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET, RJ). Rio de Janeiro, RJ.

SOUZA, Neuza S. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascenção Social.** Rio de Janeiro: Ed Graal, 1983.

SOUZA, Renata. Feminicídio político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 119-133, 2020.

WAILSELF, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

**Como citar este artigo**: SANTOS, Mariana dos Reis. "Marielle Vive!" As narrativas de professoras negras após a execução da vereadora. **Mosaico**, v. 17 n. 28, e1728202526, 2025. DOI: 10.12660/rm.v17n28.2025.94087.